

---

# CARACTERIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

OUTUBRO 2008

---

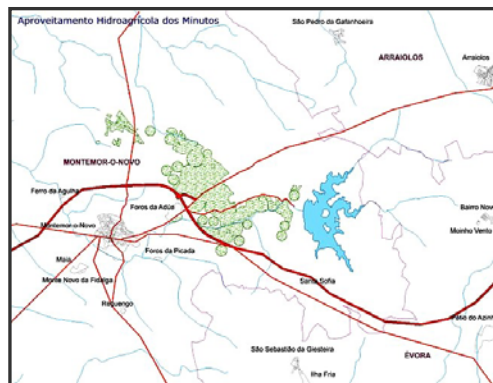
## ÍNDICE

	PÁG.
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJECTIVOS	1
3. LOCALIZAÇÃO	1
4. BACIA HIDROGRÁFICA E LINHA DE ÁGUA	1
5. CLIMA	2
6. SOLOS	2
7. ÁREA BENEFICIADA	2
8. PRINCIPAIS COMPONENTES DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS	3
8.1. BARRAGEM DOS MINUTOS	3
8.2. CONDUTA DE ADUÇÃO	6
8.3. ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	6
8.4. CONDUTA ELEVATÓRIA	7
8.5. RESERVATÓRIO DE COMANDO	8
8.6. SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E TELEGESTÃO	8
8.7. REDE DE REGA	8
8.8. REDE VIÁRIA	9
8.9. REDE DE DRENAGEM	10
9. CONSTRUÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS	10
10. GESTÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS	11
11. EXPLORAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS	12
11.1. OCUPAÇÃO CULTURAL	12
11.2. EVOLUÇÃO DAS RESERVAS HÍDRICAS	12
11.3. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CONSERVAÇÃO E DE EXPLORAÇÃO	12
12. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL	14
12.1. ARQUEOLOGIA	14
12.2. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL	14
12.3. GESTÃO E COMPENSAÇÃO DE HABITATS E RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA	15
12.4. REFLORESTAÇÃO	15
ANEXO I – CÓPIA DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA BARRAGEM DOS MINUTOS	16
ANEXO II - CULTURAS REGADAS NO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS	33
ANEXO III - EVOLUÇÃO DAS RESERVAS HÍDRICAS NA ALBUFEIRA DOS MINUTOS	34
ANEXO IV - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS	35

## APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS

## 1. INTRODUÇÃO

O Aproveitamento Hidroagrícola dos Minutos (AHM) surgiu, já nos anos 50, como uma evidente necessidade para contrariar as adversas condições climáticas, que fazem com que a região onde foi construído, o Alentejo, seja claramente carenciada do ponto de vista dos recursos hídricos. De facto, o regime pluviométrico a sul do rio Tejo condiciona a actividade agrícola e, por tal motivo, tem comprometido o desenvolvimento social e económico nas zonas onde não existe disponibilidade de água.



## 2. OBJETIVOS

Este Aproveitamento constitui um elemento capaz de influenciar positivamente as condições de vida na zona do concelho de Montemor-o-Novo, onde se localiza.

Para além de proporcionar a diversificação cultural numa zona naturalmente carenciada no recurso água, o Aproveitamento tem também um impacto positivo, quer na valorização da paisagem, quer ao permitir a criação de condições favoráveis à fixação das populações e, consequentemente, ao desenvolvimento económico da região através do regadio

### 3. LOCALIZAÇÃO

O Aproveitamento, constituído pela Barragem dos Minutos e pelas infra-estruturas de rega, de drenagem e viária, situa-se nas freguesias de Nossa Senhora da Vila e de Nossa Senhora do Bispo, pertencentes ao concelho de Montemor-o-Novo, do distrito de Évora, nas margens da ribeira de Almansor, a Este e a Nordeste de Montemor-o-Novo.

A área do Aproveitamento situa-se nas cartas militares 436, 437, 447 e 448, na escala de 1:25.000.

#### 4. BACIA HIDROGRÁFICA E LINHA DE ÁGUA

O Aproveitamento é alimentado pela albufeira criada pela Barragem dos Minutos, construída na ribeira de Almansor, pertencente à bacia hidrográfica principal do rio Tejo.

## 5. CLIMA

O concelho de Montemor-o-Novo localiza-se numa área cujo clima é temperado, apresentando características mediterrânicas e continentais, com precipitações médias de cerca de 750 mm/ano. Nos meses mais quentes do ano as temperaturas atingem valores elevados, sendo frequentemente superiores a 35° C.

O regime hidrológico é caracterizado por uma escassez de caudal, sobretudo durante o Verão e Outono, ou seja, os cursos de água apresentam caudais significativos na época invernal, mas nos meses estivais são bastante reduzidos, chegando mesmo nos anos de maior seca a assistir-se ao completo desaparecimento do escoamento superficial. A ocorrência de geada, os elevados registos de insolação e a falta de água condicionam o sistema de culturas.

## 6. SOLOS

Os solos no concelho de Montemor-o-Novo são mediterrânicos de materiais não calcários, geralmente delgados e por vezes pedregosos, associados a afloramentos rochosos. Parte do concelho é ainda caracterizada por solos derivados de xisto, apresentando boa aptidão para a agricultura, nomeadamente a cultura de sistemas arvenses e arbóreo-arbustivos. Não obstante, de forma geral, o concelho possui solos de classe C e D.

## 7. ÁREA BENEFICIADA

Este Aproveitamento abrange uma área beneficiada de cerca de 1532 hectares, distribuída por dois blocos: Bloco da Amoreira e Bloco dos Foros do Cortiço.



Do ponto de vista fundiário, o Aproveitamento apresenta duas zonas completamente distintas que beneficiam na globalidade 162 agricultores: o Bloco das Amoreiras, com 1430 hectares onde

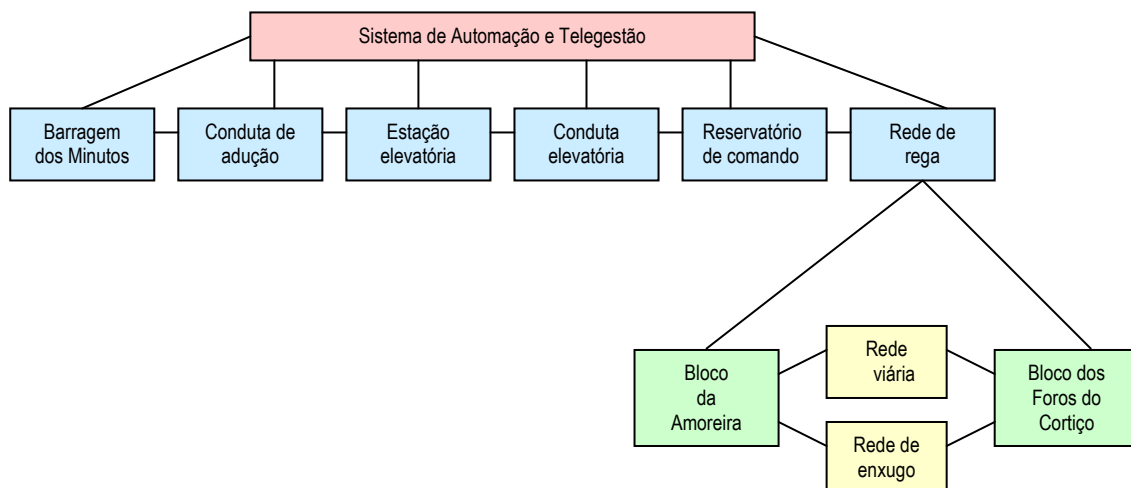
predominam as grandes e médias explorações e o Bloco dos Foros do Cortiço, com 102 hectares e características de minifúndio.

## 8. PRINCIPAIS COMPONENTES DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS

O AHM compreende um conjunto de infra-estruturas hidráulicas, tais como uma barragem e um sistema hidráulico composto por uma estação elevatória, um reservatório em betão armado, uma rede de rega em pressão e redes de drenagem e viária.

A estação elevatória é alimentada a partir da albufeira, através da conduta de adução, bombeando a água para o reservatório elevado de comando, que, por sua vez, abastece graviticamente toda a rede de rega.

Foi instalado um sistema de automação e telegestão para controle e monitorização da estação elevatória, do reservatório e da rede de rega, bem como da albufeira.



Esquema geral de funcionamento do Aproveitamento Hidroagrícola de Minutos

### 8.1. Barragem dos Minutos



A construção da barragem iniciou-se em 24 de Janeiro de 2000, e ficou concluída em Outubro de 2002, mas devido à necessidade de realizar um conjunto de observações previstas no plano do primeiro enchimento, as comportas só foram encerradas no final de Janeiro de 2003.

Implantada à cota 234 na ribeira de Almansor, afluente secundário da margem esquerda do rio

Sorraia e localizada nas proximidades do Monte dos Minutos, é uma barragem em aterro com um perfil zonado, dotada de um núcleo central, filtro chaminé inclinado e filtros estabilizadores a montante e jusante do núcleo.

Os solos utilizados nos aterros tiveram como origem essencialmente manchas de empréstimo da área da albufeira, o que evitou impactos negativos inerentes à exploração destes materiais, essencialmente areias argilosas e siltosas e argilas de baixa plasticidade.

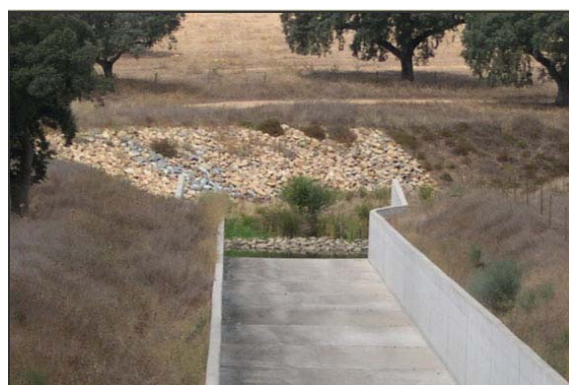
No pé de montante foi incorporado o aterro da ensecadeira (com coroamento à cota 248,5) constituída por materiais idênticos aos do maciço estabilizador de montante. No pé de jusante, uma zona materializada por enrocamento permite a recolha de águas de percolação pela fundação e pelos sistemas de drenagem interna da barragem, protegendo ainda as cotas inferiores do aterro de eventuais níveis de cheia a jusante.

#### a) ÓRGÃOS HIDRÁULICOS

A tomada de água é feita através da torre, com entradas a dois níveis, (cotas 251,1 e 257,0), as quais estão equipadas com grades finas e amovíveis, e comportas comandadas a partir da câmara de manobra localizada no topo da torre. O acesso a esta câmara é feito a partir do coroamento, por um passadiço com cerca de 65 m de comprimento.



A tomada de água para rega e a da descarga de fundo são realizadas através de duas condutas de aço com diâmetros de 800 mm e de 1200 mm respectivamente, instaladas numa galeria de betão armado que atravessa o aterro junto à fundação, na direcção montante – jusante, e que funcionou, na fase de construção, como desvio da ribeira.



O descarregador de cheias, em betão, localiza-se junto à margem esquerda e é essencialmente constituído por uma estrutura de entrada em forma de leque, com rasto à cota 264, seguido de um canal descarregador que termina numa bacia de dissipação de energia por ressalto. A restituição à



linha de água é feita por um canal não revestido com um comprimento de 430 m, no qual foram construídos quatro açudes em gabiões, para dissipação de energia, com 3 metros de altura efectiva. O regolfo de cada açude cria um colchão de água ao pé do açude imediatamente a montante que assegura a dissipação de energia e protege o fundo do canal contra a erosão.

**b) EQUIPAMENTO DE OBSERVAÇÃO**

- Tubos altimétricos instalados a partir da fundação: 6;
- Piezómetros: 17 na banquetta, 52 no coroamento e 7 no terreno natural;
- Células de tensão total: 7 grupos de células;
- Células de tensão neutra: 2;
- Marcas de nivelamento: várias.



**c) CARACTERÍSTICAS GERAIS**

• HIDROLOGIA

- Área da bacia hidrográfica (km<sup>2</sup>): 95;
- Precipitação média anual na bacia hidrográfica (mm): 750;
- Volume anual médio afluente (hm<sup>3</sup>): 26,05;
- Caudal máximo de cheia - T= 1000 anos (m<sup>3</sup>/s): 498.

• ALBUFEIRA

- Nível de pleno armazenamento - NPA: 264,00;
- Nível máximo de cheia - NMC: 265,54;
- Nível máximo para a cheia de T= 10000 anos: 265,91;
- Nível mínimo de exploração - Nme: 245,00;
- Capacidade total da albufeira - NPA (hm<sup>3</sup>): 52,1;
- Capacidade útil da albufeira (hm<sup>3</sup>): 50;
- Volume morto da albufeira (hm<sup>3</sup>): 2,1;
- Superfície inundada - NPA (km<sup>2</sup>): 5,3.

• BARRAGEM

- Tipo de barragem: terra;
- Comprimento do coroamento (m): 1293;
- Cota do coroamento: 267,5;
- Altura máxima acima da fundação (m): 36;
- Folga em relação ao NPA (m): 3,5;



- Folga em relação ao NMC (m): 1,96;
- Largura do coroamento (m): 8;
- Inclinação do paramento de montante: 1:2,5 (V:H) e 1:2,75;
- Inclinação do paramento de jusante: 1:2,4 (V:H) e 1:1,4.
- DESCARREGADOR DE CHEIAS
  - Tipo: em leque seguido de canal;
  - Desenvolvimento da soleira (m): 34;
  - Cota da soleira (m): 264;
  - Largura do canal (m): 6,7;
  - Largura da bacia de dissipação (m): 11,25.



## 8.2. CONDOTA DE ADUÇÃO

Uma conduta adutora, em ferro fundido dúctil e 1200 mm de diâmetro, faz a ligação da tomada de água da barragem à estação elevatória, com um desenvolvimento de 136,7 m.

Esta conduta apresenta os seguintes órgãos componentes:

- 136,70 m de tubo em ferro fundido dúctil DN 1200;
- Uma câmara de válvulas em betão;
- Uma válvula de seccionamento tipo borboleta DN 1000;
- Uma válvula de seccionamento tipo borboleta DN 100;
- Uma caixa de descarga de fundo em anéis de betão com 1,25 m de diâmetro interno equipada com uma válvula de seccionamento tipo borboleta DN 150.

## 8.3. ESTAÇÃO ELEVATÓRIA



A estação elevatória (EE) encontra-se localizada à cota 240,0 m, e está equipada com cinco grupos electrobomba principais e dois grupos auxiliares e, a jusante destes, com um sistema de filtração. A estação elevatória bombeia a água através da conduta elevatória para o reservatório elevado de comando. As suas principais características são:



- Caudal total: 7560 m<sup>3</sup>/h;
- Altura manométrica total: 87 m.c.a.;
- Comando: reservatório elevado;
- 5 bombas centrífugas de câmara bipartida de eixo horizontal com um caudal nominal por bomba de 1512 m<sup>3</sup>/h;
- 2 bombas centrífugas de eixo vertical, com um caudal nominal por bomba de 72 m<sup>3</sup>/h;
- 5 motores com uma potência/motor de 630 kW, 690 V, 50 Hz, rotor em circuito;
- 2 motores com uma potência/motor de 22 kW, 400 V, 50 Hz, rotor em curto circuito;
- 2 reservatórios hidropneumáticos com um volume de 40 m<sup>3</sup> (montante) e de 60 m<sup>3</sup> (jusante);
- Posto de transformação com potência principal de 4 MVA e potência de serviços gerais de 100 kVA;
- A jusante da EE está instalado um sistema de filtragem com três filtros automáticos com auto-limpeza DN700, para um caudal nominal por filtro de 3780 m<sup>3</sup>/h e com uma malha filtrante de 1 mm. A perda de carga filtrante é de 5 m.c.a..



#### 8.4. CONDUTA ELEVATÓRIA

Esta conduta em ferro fundido dúctil, com cerca de 1,5 km de extensão e um diâmetro de 1200 mm, alimenta o reservatório de comando a partir da estação elevatória.

A conduta elevatória tem os seguintes órgãos componentes:

- 1495,13 m de tubo em ferro fundido dúctil DN 1200;
- Uma caixa de descarga de fundo, em anéis de betão, equipada com uma válvula de seccionamento, tipo borboleta, DN 200;
- Uma câmara de ventosas, em betão, equipada com uma ventosa automática de três funções DN 200.

### 8.5. RESERVATÓRIO DE COMANDO

Este reservatório circular, em betão armado, tem uma capacidade total de 600 m<sup>3</sup>, com o diâmetro interior igual a 14,0 m e a altura total interior de 4,90 m. A soleira fica à cota 315,0 m.



Devido à sua implantação altimétrica, no Monte da Amoreirinha, do qual parte a rede de rega, permite a distribuição gravítica da água de rega a toda a área beneficiada e, em função dos níveis de água no reservatório, faz a regulação do funcionamento da estação elevatória, determinando a paragem e o arranque dos grupos de bombagem.

### 8.6. SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E TELEGESTÃO

Para permitir a automatização da exploração da rede de rega, foi instalado um sistema de controlo e monitorização, que tem como objectivos principais:

- A exploração racional e automática da rede de rega;
- A recolha e o processamento de toda a informação sobre o estado hidráulico da rede;
- O fornecimento de todos os elementos necessários para realizar a facturação dos consumos, por forma a simplificar toda a gestão administrativa do Aproveitamento.



### 8.7. REDE DE REGA

Para a rega dos 1532 ha da área beneficiada foi instalada uma rede colectiva de rega, automatizada, que fornece água em pressão aos agricultores. A sua extensão total é de cerca de 44 km, sendo constituída por condutas de diâmetros compreendidos entre os 1400 e os 110 mm, em:

- Ferro fundido dúctil, para as condutas com diâmetros compreendidos entre 1400 e 400 mm;
- Polietileno de alta densidade (PEAD), para diâmetros entre os 315 e 110 mm;
- PVC, para diâmetros entre os 250 e os 110 mm.



A rede está equipada com 56 hidrantes no Bloco da Amoreira e 27 no Bloco dos Foros do Cortiço, sendo que neste bloco, existem 44 bocas de rega, pois como se trata de pequena propriedade, alguns hidrantes servem mais do que um proprietário.

Os hidrantes são órgãos hidráulicos que asseguram a distribuição de água aos regantes a partir da rede colectiva de rega e fazem a transição entre a rede colectiva de rega e as redes individuais dos agricultores. Os hidrantes localizados no AHM disponibilizam água 24 horas por dia a uma pressão mínima de 3 kg/cm<sup>2</sup>.

Além de estarem equipados com dispositivos de manobra e segurança para operação da rede (válvulas de seccionamento, válvulas de escape, ventosas e descargas de fundo), os hidrantes dispõem de uma válvula multifunções, que apresenta os seguintes componentes:

- Um contador volumétrico que permite contar os volumes de água consumidos pelo agricultor, equipado com contador de impulsos para transmissão à distância do caudal instantâneo;
- Um limitador de caudal que impede o agricultor de utilizar um caudal superior ao que foi previamente definido;
- Um regulador de pressão.

## 8.8. REDE VIÁRIA

A intervenção sobre a rede viária do Aproveitamento recaiu sobre a beneficiação de alguns caminhos agrícolas e a construção de novos troços, numa extensão aproximada de 22 km. A rede viária é constituída por 7 caminhos, quase todos já existentes, em que os trabalhos de beneficiação realizados

consistiram na regularização da plataforma (pavimento), na abertura de valetas de drenagem e na construção de aquedutos. Foram definidos, no projecto de execução, 3 tipos de caminhos:

- Caminhos com faixa de rodagem com 4 m de largura, revestida a betuminoso, com bermas de 0,75 m. Fazem parte deste tipo, os caminhos: n.º 1- 6379 m; n.º 3- 7358 m e n.º 4- 2708 m;
- Caminhos com faixa de rodagem com 4 m de largura, revestida a betuminoso, com bermas de largura variável, no Bloco dos Foros do Cortiço: n.º 5- 1470 m; n.º 6- 2058 m e n.º 7- 994 m;



Nesta obra foi proposto e utilizado pela primeira vez, em obras hidroagrícolas, um sistema de pavimentação composto por reciclagem/estabilização com cimento, dos solos de fundação existentes ou a construir, e a utilização de misturas betuminosas com betumes modificados com borracha reciclada.

#### 8.9. REDE DE DRENAGEM

A intervenção na rede de drenagem pautou-se pelas seguintes actuações:

- Regularização das diferentes valas de drenagem com secções transversais compatíveis com os caudais de ponta esperados;
- Revestimento dos taludes e leito das valas nos troços com declives excessivos;
- Construção das obras de arte consideradas necessárias ao bom funcionamento e manutenção das valas, nomeadamente aquedutos e confluências.

### 9. CONSTRUÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS

As infra-estruturas de armazenamento, de captação, de rega, de drenagem e viária que compõem este Aproveitamento, foram executadas e fiscalizadas, pelo ex-Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente e concluídas pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (ex-Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica).



A Barragem dos Minutos ficou concluída em Outubro de 2002, tendo-se procedido ao encerramento das comportas no final de Janeiro de 2003. A ligação da energia eléctrica à estação elevatória foi feita em meados de Novembro de



2003, dando-se assim início ao período de ensaios dos equipamentos instalados no AHM, ou seja, a estação elevatória, os filtros, a conduta elevatória, o reservatório de comando, a rede de rega e o sistema de automação e telegestão.

Os custos com a construção das infra-estruturas do AHM foram os seguintes:

### Barragem

O valor dos trabalhos executados, incluindo expropriações, indemnizações, fiscalização, assistência técnica e parte de trabalhos arqueológicos foi de 19,1 milhões de euros. A obra foi alvo de financiamento através do Programa Comunitário INTERREG II-Transfronteiriço.



### Redes de Rega, Drenagem e Viária

O valor dos trabalhos executados, incluindo expropriações, indemnizações, fiscalização e assistência técnica foi de 23.357.209,12 €, tendo a obra sido financiada pelo Programa Comunitário AGRO.

### Medidas de Minimização de Impacte Ambiental

O valor dos estudos e execução das medidas de minimização de impacte ambiental foi de 4.229.192,10 €, estando 489.816,40 € já incluídos nos custos da empreitada de construção da barragem e os restantes 3.739.375,70€ correspondendo aos custos de execução das medidas financiadas pelo programa AGRO.

### Edifício Sede da ABBM

O edifício sede da Associação de Beneficiários da Barragem dos Minutos (ABBM) foi construído no âmbito da empreitada de Construção do Edifício Sede, sendo o seu custo de cerca de 390 000,00 €, tendo a obra sido financiada pelo Programa Comunitário AGRO.

## **10. GESTÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS**



A conservação e exploração do AHMinutos, que compreende a Barragem e a Albufeira dos Minutos, a estação elevatória, o reservatório, as redes de rega e de drenagem, o sistema de controle e de monitorização da rede de rega, desde o início da fase de testagem até à presente data, têm sido

asseguradas pela DGADR (ex-IDRHa), em colaboração e com a participação da ABBM.

Após a celebração do contrato de concessão do AHMinutos, essas competências serão da responsabilidade da Associação de Beneficiários da Barragem dos Minutos (ABBM), pessoa colectiva de direito público, formalmente reconhecida pela Portaria n.º 1020/2001, de 22 de Agosto de 2001, publicada no Diário da República N.º 194, Iª - B Série, de 22 de Agosto de 2001, com sede na Zona Industrial de Adua, Lote LI – 32, em Montemor-o-Novo, sito na freguesia de Nossa Senhora da Vila. A escritura notarial dos estatutos da ABBM foi realizada a 23 de Setembro de 1999, no Cartório Notarial de Montemor-o-Novo.

## 11. EXPLORAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROGRÍCOLA DOS MINUTOS

### 11.1. OCUPAÇÃO CULTURAL

No Anexo II é apresentado um quadro em que se verifica a evolução das áreas regadas desde o início do funcionamento do Aproveitamento e a sua percentagem relativamente à área beneficiada.



### 11.2. EVOLUÇÃO DAS RESERVAS HÍDRICAS

No Anexo III pode-se observar a evolução das reservas hídricas na Albufeira dos Minutos, registadas no final de cada mês.

### 11.3. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CONSERVAÇÃO E DE EXPLORAÇÃO

A fase de exploração e conservação do Aproveitamento teve início em 2004, com a entrada em período de testagem.



Durante duas campanhas de rega sucessivas, todos os equipamentos foram testados, pelo que, em 2006 a fase experimental se encontrava praticamente concluída. Durante o ano de 2006, procedeu-se à cobrança das taxas de conservação e de exploração, aos beneficiários do Aproveitamento.

Para o cálculo das *Taxas de Conservação e de Exploração* foram considerados os encargos com os trabalhos de operação e manutenção, com as necessidades de pessoal e de energia eléctrica, bem como os custos de conservação e manutenção das infra-estruturas, nomeadamente os encargos com os equipamentos da estação elevatória, da rede de rega e do sistema de automação e telegestão.

Para o cálculo da estimativa dos custos com o consumo de água, foram considerados três escalões de consumo de energia eléctrica, conforme o consumo ocorra nos períodos de horas cheias, horas de ponta ou horas de vazio, correspondendo assim ao 1º, 2º ou 3º escalão, respectivamente.



Deste modo, definiu-se que o valor da *Taxa de Conservação* a pagar em 2006 por todos os beneficiários do Bloco das Amoreiras, é de 53 €/ha/ano (por hectare beneficiado). Para a *Taxa de Exploração*, no Bloco das Amoreiras, definiram-se os seguintes valores: 1º escalão 0,0238 €/m³; 2º escalão – 0,0313 €/m³ e 3º escalão – 0,0569 €/m³.

Tendo em atenção a pequena dimensão dos prédios beneficiados no Bloco de Rega dos Foros do Cortiço, e que cada boca de rega é utilizada por vários regantes, a *Taxa de Conservação* acima referida não se aplica aos regantes cujos prédios estejam incluídos neste bloco de rega, tendo sido fixada uma taxa de conservação e de exploração única destinada a cobrir os custos de gestão, de conservação e de exploração do empreendimento, isto é, um valor único para as taxas de conservação e de exploração, que é de 0,050 €/m³.

Assim, obtiveram-se os valores seguintes para as *Taxas de Conservação e de Exploração* a cobrar aos regantes em 2006 e 2007:

Ano	Blocos	Taxa de Conservação	Taxa de Exploração
2004	Amoreiras Fors do Cortiço	- -	- -
2005	Amoreiras Fors do Cortiço	- -	- -
2006	Amoreiras	53 €/ha	1º Escalão - 0,0238€/ m³ (horas de vazío) 2º Escalão - 0,0313 €/m³ (horas de cheia) 3º Escalão - 0,0569 €/m³ (horas de ponta)
	Fors do Cortiço	0,050 €/m³	
2007	Amoreiras	53 €/ha	1º Escalão - 0,0238€/ m³ (horas de vazío) 2º Escalão - 0,0313 €/m³ (horas de cheia) 3º Escalão - 0,0569 €/m³ (horas de ponta)
	Fors do Cortiço	0,050 €/m³	

## 12. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Para cumprimento das exigências do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), foi realizado o acompanhamento ambiental, que inclui a arqueologia, a monitorização da qualidade da água e a recuperação de habitats.

### 12.1. ARQUEOLOGIA

Esta acção compreendeu o acompanhamento arqueológico de todas as fases da obra, sob orientação do Instituto Português de Arqueologia, para despiagem de sítios e o estudo de mais uma centena de sítios arqueológicos. Destaca-se a revelação de contextos de cronologia tardo romana e alto medievá, em que vários dos sítios revelaram diferentes edifícios e estruturas destes períodos, incluindo contextos funerários. Outro trabalho foi a sistemática selagem dos sítios arqueológicos, nomeadamente a protecção dos dois monumentos megalíticos escavados (Anta da Fonte da Senhora e Anta da Azinheira).

### 12.2. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

Esta acção compreendeu duas componentes:

- Caracterização do estado de referência, estabelecimento do caudal ecológico e programa de monitorização da ribeira de Almansor
- Programa de monitorização da Albufeira de Minutos.

### 12.3. GESTÃO E COMPENSAÇÃO DE *HABITAT* SE RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA

Nesta região verifica-se a existência de uma importante mancha florestal e uma diversidade considerável a nível florístico e faunístico, estando integrado na rede de paisagens protegidas do país. A ribeira de Almansor constitui um corredor natural ao qual se encontram associadas espécies de flora e fauna características dos *habitats* ripícolas.

Devido à construção da barragem é essencial recuperar e compensar os *habitats* alterados através de um conjunto de intervenções, tais como, criar ou reconstituir as galerias ripícolas, melhorar corredores ecológicos, recuperar áreas de montado adjacentes à albufeira e estabilizar taludes da albufeira com riscos de erosão.

### 12.4. REFLORESTAÇÃO



A desmatção da área da albufeira da barragem levou ao abate do montado de azinho e de sobro, tendo sido compensada agora, com a criação de novos povoamentos através da plantação e consolidação de perímetros florestais.

## ANEXO I

Os estatutos da Associação de Beneficiários da Barragem dos Minutos foram estabelecidos em escritura lavrada em vinte e três de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, no Cartório Notarial de Montemor-o-Novo.

A leitura da cópia dos Estatutos da Associação de Beneficiários da Barragem dos Minutos, que a seguir se apresentam não substitui a consulta do seu original pelos interessados.

### ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA BARRAGEM DE MINUTOS

#### CAPÍTULO I

#### CONSTITUIÇÃO E FINS

##### ARTIGO PRIMEIRO

- 1 – É criada a Associação de Beneficiários da Barragem dos Minutos;
- 2 – Poderão ser sócios da Associação os empresários agrícolas e os proprietários ou possuidores legítimos de prédios rústicos situados na zona beneficiada, os utilizadores industriais directos da respectiva obra e as autarquias locais consumidoras de água pela mesma fornecida;
- 3 – Não é obrigatória a inscrição como sócio na Associação de quem a tal não se haja comprometido, nos termos do artigo décimo quarto e seguintes, do Decreto-Lei n.º 269/82, de dez de Julho, mas as entidades não associadas ficam sujeitas ao pagamento dos encargos resultantes da exploração e conservação da obra e às obrigações constantes destes estatutos;
- 4 – São considerados utentes a título precário os agricultores e as entidades que, a qualquer título, utilizem fora da obra águas regularizadas no perímetro, quando as circunstâncias o permitirem.

##### ARTIGO SEGUNDO

A Associação é uma pessoa colectiva de direito público, sujeita a reconhecimento formal do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) e a sua duração é por tempo ilimitado

##### Artigo Terceiro

A sede da Associação é em Montemor-o-Novo, na Rua Cinco de Outubro, número setenta e seis, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, podendo a Direcção mudá-la para qualquer outro local limítrofe da área beneficiada.

##### Artigo Quarto

Compete à Associação:

- 1 – Pronunciar-se sobre o projecto do regulamento definitivo da obra elaborado pelo Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural (IHERA) e propor as modificações que entender convenientes;
- 2 – Assegurar a exploração e conservação da obra de fomento hidroagrícola ou das partes desta que lhe forem entregues;

- 3 – Elaborar os horários de rega, em íntima colaboração com o IHERA e assegurar o seu cumprimento de harmonia com os princípios estabelecidos no regulamento da obra e com as disponibilidades de água;
- 4 – Realizar trabalhos complementares destinados a aumentar a utilidade da obra de acordo com os projectos elaborados ou aprovados pelo IHERA;
- 5 – Promover a criação e a participação em unidades industriais e cooperativas nos termos da legislação em vigor, sempre que tal se mostre de interesse e seja viável;
- 6 – Elaborar em cada ano o orçamento de receitas e despesas para o ano seguinte e submetê-lo, com a acta da sessão a que se refere o artigo oitavo, à aprovação do IHERA, até à data que ficar fixada no respectivo regulamento, enviando simultaneamente cópia à Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAA);
- 7 – Elaborar os mapas de liquidação anual da taxa de exploração e conservação e da taxa de beneficiação, de harmonia com o disposto no regulamento da obra, promover a sua afixação e decidir sobre as reclamações que, relativamente a elas, sejam apresentadas pelos utentes, remetendo ao IHERA os recursos que dessas decisões sejam interpostos;
- 8 – Fazer directamente a cobrança da taxa de exploração e conservação e arrecadar as demais receitas que lhe caibam;
- 9 – Administrar as receitas e os bens próprios ou entregues à sua administração;
- 10 – Remeter às Repartições de Finanças dos concelhos respectivos, para efeito de cobrança, os mapas de liquidação da taxa de beneficiação e os recibos pertinentes;
- 11 – Manter actualizados os elementos cadastrais que lhe forem fornecidos em relação aos prédios rústicos situados na zona beneficiada;
- 12 – Efectuar os registos de ocupação cultural anual das terras beneficiadas;
- 13 – Promover as acções de melhoramento do perímetro que conduzam a uma utilização racional da terra e da água e fomentar o uso das tecnologias de manejo da água e do solo mais apropriadas;
- 14 – Assegurar a defesa e policiamento das obras em colaboração com os serviços oficiais competentes;
- 15 – Pronunciar-se sobre reclamações dos beneficiários relativas a matérias das suas atribuições e deliberar sobre transgressões aos estatutos e ao regulamento da obra;
- 16 – Colaborar com todos os serviços do Estado no estudo e execução das medidas atinentes ao desenvolvimento técnico, económico e social da zona beneficiada em tudo quanto respeita à realização das obras, desde a fase de concepção das mesmas;
- 17 – Apresentar, para aprovação, ao IHERA, com cópia à DRAA, um relatório anual de que constem os elementos necessários para um perfeito conhecimento da forma como decorre a exploração e conservação da obra, bem como as demais actividades desenvolvidas;

## Artigo Quinto

A Associação poderá fomentar a criação e participação em cooperativas e unidades industriais que tenham por objectivo a prestação de serviços ou a aquisição de sementes, adubos e fertilizantes, pesticidas, máquinas e o aproveitamento, comercialização, transformação ou conservação de produtos agrícolas da obra por ela administrada, promover acções de formação profissional ou outras acções de valorização e desenvolvimento a todos aqueles que se relacionam com o aproveitamento hidroagrícola, bem como filiar-se na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo nos termos da legislação geral.

## CAPÍTULO II

### Dos Órgãos da Associação

#### SECÇÃO I

## Assembleia Geral

### Artigo Sexto

- 1 – Constituem a Assembleia Geral os sócios na plenitude dos seus direitos;
- 2 – Os sócios podem participar na Assembleia, através dos seus representantes legais;
- 3 – Nenhum sócio pode ser representante de mais do que dois sócios;
- 4 – Nas reuniões da Assembleia podem ainda participar, sem direito a voto, beneficiários não sócios, utentes a título precário e o representante do Estado, sempre que exista, cabendo a este último o exercício da faculdade prevista no artigo quadragésimo primeiro, do Decreto-Lei n.º 269/82, de dez de Julho;
- 5 – Não podem tomar parte nas reuniões da Assembleia Geral ou assistir a elas os sócios ou utentes que forem privados desse direito nos termos dos estatutos.

### Artigo Sétimo

- 1 – A Assembleia Geral terá um presidente, um vice-presidente e dois secretários, por ela eleitos trimestralmente, sendo permitida a reeleição;
- 2 – Não podem ser eleitos para os referidos cargos os que tenham sido privados do direito de assistir às reuniões da Assembleia Geral;
- 3 – O exercício das funções é gratuito.

### Artigo Oitavo

- 1 – A Assembleia Geral terá duas sessões ordinárias em cada ano, uma em Novembro, para discussão e aprovação do orçamento de receitas e despesas do ano seguinte e para o exercício das funções previstas no número seis, do artigo décimo primeiro destes estatutos e outra até ao termo do primeiro trimestre de cada ano, para apreciação e aprovação do relatório e contas de gerência do ano anterior;
- 2 – Além das sessões ordinárias haverá as extraordinárias que forem julgadas necessárias;
- 3 – As sessões serão convocadas pelo Presidente, de sua iniciativa, a pedido da Direcção, do Júri Avindor ou de um terço, pelo menos dos associados;
- 4 – As convocações serão feitas por aviso, do qual deve constar expressa e claramente a ordem de trabalhos, expedido com a antecedência de cinco dias, pelo menos, em relação às sessões extraordinárias e dez dias para as sessões ordinárias, ou publicado nos órgãos da imprensa regional com a mesma antecedência;
- 5 – As sessões da Assembleia Geral podem continuar em qualquer dos dias imediatos com a mesma ordem de trabalhos;
- 6 – No impedimento ou ausência do Presidente e do vice-presidente da Assembleia Geral será a sessão aberta pelo presidente da Direcção ou por quem as suas vezes fizer, procedendo-se desde logo à escolha de entre os associados presentes de um Presidente da Assembleia Geral;
- 7 – No impedimento ou ausência dos secretários desempenharão as respectivas funções os associados nomeados, de entre os presentes, pelo Presidente.

### Artigo Nono

Os documentos relativos às questões a submeter à apreciação da Assembleia Geral estarão à disposição dos interessados na sede da Associação, em todos os dias úteis, desde a data em que tiver sido convocada e durante as horas de expediente.



## Artigo Décimo

- 1 – Os pedidos para convocação das Assembleias Gerais extraordinárias deverão ser apresentados por escrito, em duplicado, e serem dirigidos ao Presidente da Assembleia Geral, sendo este ou qualquer funcionário da Associação que os receber obrigado a passar recibo da entrega no duplicado, que devolverá imediatamente ao apresentante;
- 2 – Dos pedidos de convocação da Assembleia Geral constará sempre indicação precisa dos assuntos que nela deverão ser tratados;
- 3 – O Presidente da Assembleia Geral deverá dentro dos oito dias seguintes ao da entrega do pedido proceder à convocação da mesma.

## Artigo Décimo Primeiro

Compete à Assembleia Geral:

- 1 – Dar parecer sobre os projectos dos regulamentos definitivos elaborados pelo IHERA, nos termos do número um do artigo quarto dos presentes estatutos;
- 2 – Pronunciar-se sobre quaisquer consultas que lhe sejam feitas pela Direcção;
- 3 – Discutir e votar o orçamento das receitas e despesas e o relatório e contas de gerência;
- 4 – Indicar a necessidade de criar, extinguir e remodelar serviços e pronunciar-se sobre a regularidade e eficácia dos existentes;
- 5 – Deliberar sobre questões de interesse colectivo dos beneficiários, sob a forma de votos ou resoluções;
- 6 – Eleger a mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o vogal do Júri Avindor.

## Artigo Décimo Segundo

- 1 – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos sócios presentes ou representados, sem prejuízo do disposto no número quatro deste artigo, cabendo ao Presidente voto de qualidade e ao Representante do Estado o direito de suspender as deliberações que considerar contrárias à lei, ao interesse geral, aos estatutos ou aos interesses que representa;
- 2 – As votações serão feitas por levantados e sentado quando a maioria da assembleia não resolver que se proceda por qualquer outra forma;
- 3 – As eleições para os cargos da Associação serão feitas por escrutínio secreto e pela mesma forma proceder-se-á sempre que se trate de deliberações que envolvam a apreciação de pessoas ou de actos que lhes respeitem e sobre os quais a assembleia tenha que pronunciar-se;
- 4 – As candidaturas aos órgãos da Associação serão entregues na sede da Associação até cinco dias antes da data da Assembleia Geral convocada para a realização de eleições;
- 5 – As candidaturas serão apresentadas ao Presidente da mesa da Assembleia Geral, contendo os nomes e o órgão a que se candidata cada sócio;
- 6 – As listas apresentarão os nomes necessários para o preenchimento dos lugares dos órgãos da Associação, podendo para a Direcção e outros órgãos ser apresentado um número de suplentes igual aos efectivos;
- 7 – Os suplentes substituirão os elementos efectivos, nomeadamente em caso de renúncia ou incapacidade dos membros efectivos;
- 8 – Cada sócio não se pode candidatar em mais de uma lista, nem a mais de um órgão;
- 9 – Aquando da apresentação das candidaturas, o presidente da mesa da Assembleia dará despacho no prazo de dois dias, considerando-se regulares as listas que não forem rejeitadas no prazo referido;
- 10 – Verificada qualquer outra anomalia, o Presidente da mesa da Assembleia Geral dará um prazo de vinte e quatro horas para a sua regularização, findo o qual, sem haver regularização, a lista se considera rejeitada;

- 11 – O Presidente da mesa da Assembleia Geral rejeitará as listas onde falte qualquer candidato a algum dos órgãos;
- 12 – Das decisões do Presidente nos termos do n.º dez e onze deste artigo, há recurso para a Assembleia Geral, que sobre ele decidirá no início da mesma;
- 13 – As listas candidatas serão afixadas na seda da Associação;
- 14 – Às listas candidatas serão atribuídas letras, conforme a ordem da sua apresentação e aceitação;
- 15 – As deliberações sobre alterações dos estatutos só serão válidas quando tomadas por dois terços, pelo menos, dos votos presentes ou representados.

### Artigo Décimo Terceiro

Sempre que se verifique a suspensão de deliberações, ela só cessará após decisão ministerial, que deverá ser proferida no prazo de trinta dias.

### Artigo Décimo Quarto

Não é permitido deliberar nas reuniões da Assembleia Geral sobre assuntos estranhos àqueles para que foi convocada, podendo, porém, antes ou depois da ordem do dia, serem tratados outros assuntos de interesse da Associação.

## SECÇÃO II

### Direcção

### Artigo Décimo Quinto

- 1 – A Direcção será constituída por três a cinco sócios, na plenitude dos seus direitos, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral e será coadjuvada por um Representante do Estado, sempre e enquanto não for efectuado o reembolso a que se refere o artigo décimo terceiro do Decreto-Lei n.º 269/82, de dez de Julhos;
- 2 – A Direcção será assistida por um funcionário, por ela escolhido, que servirá de secretário, sem voto;
- 3 – As funções de secretário da Direcção cessam logo que tenha sido rescindido o seu contrato;
- 4 – O secretário da Direcção está sujeito, como contratado, à disciplina dos outros empregados e não pode tomar parte nas sessões da Direcção, em que se trate de assunto que lhe diga respeito;
- 5 – Na falta ou impedimento do secretário da Direcção ou quando se trate de assunto que lhe diga respeito, nomeará o presidente um secretário *ad hoc*;
- 6 – A Direcção poderá delegar parte dos seus poderes num director executivo;
- 7 – Os membros da Direcção têm direito, por cada dia de sessão a uma senha de presença, cujo valor será fixado pela Assembleia Geral;
- 8 – Existindo director executivo ser-lhe-á fixado vencimento pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção;
- 9 – A Assembleia Geral que proceder à eleição dos membros da Direcção fixará o seu número e efectuará na mesma ocasião a eleição dos substitutos em número igual ao dos efectivos.

### Artigo Décimo Sexto

Compete à Direcção a orientação geral da Associação, com vista ao integral aproveitamento da obra de fomento hidroagrícola e, em especial:

- 1 – Representá-la em juízo e fora dele;

- 2 – Elaborar anualmente os orçamentos, relatórios e contas de gerência e apresentá-los à votação da Assembleia Geral;
- 3 – Efectuar o lançamento e cobrança da taxa de exploração e conservação e de outras receitas;
- 4 – Dirigir a exploração e conservação das obras e dos aproveitamentos hidroeléctricos nas integrados que tenham sido entregues à respectiva Associação, zelando pela manutenção da qualidade técnica da obra e seus equipamentos;
- 5 – Assegurar uma gestão financeira equilibrada;
- 6 – Efectuar o registo da ocupação cultural anual das terras beneficiadas e de outros elementos de interesse estatísticos;
- 7 – Proceder à admissão e gestão do pessoal próprio da Associação ou nela a prestar serviço;
- 8 – Dar cumprimento às instruções emanadas do IHERA ou da DRAA e, de modo geral assegurar as relações entre organismos e a Associação;
- 9 – Executar os votos e resoluções da Assembleia Geral, salvo se forem contrários à lei ou ao interesse geral da colectividade;
- 10 – Realizar todos os actos e contratos, de acordo com os fins da Associação e exercer todas as atribuições previstas na lei, que não sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Júri Avindor;
- 11 – Autorizar as despesas, praticar os actos e celebrar os contratos previstos nestes estatutos ou necessários à realização dos fins da Associação e que não sejam da competência privativa da Assembleia Geral, do Júri Avindor ou dos organismos do Estado;
- 12 – Manter actualizados os elementos cadastrais que lhe forem fornecidos em relação aos prédios rústicos situados na área beneficiada;
- 13 – Elaborar e manter actualizado o registo dos sócios com assento na Assembleia Geral e o dos restantes beneficiários;
- 14 – Participar ao Júri Avindor as transgressões de que tenha conhecimento, praticadas por beneficiários ou utentes e cujo julgamento seja da competência daquele órgão;
- 15 – Proceder à admissão e gestão do pessoal necessário para uma eficiente exploração e conservação da obra;
- 16 – Assegurar o regular funcionamento da Associação e de todos os seus serviços, propondo à Assembleia Geral, se necessário, a suspensão do exercício de direitos dos sócios nos termos do número dois, do artigo quadragésimo primeiro ou que não paguem as suas dívidas à Associação.

### Artigo Décimo Sétimo

- 1 – A Direcção reúne uma vez por mês em sessão ordinária e extraordinariamente sempre que o presidente a convoque, só podendo deliberar quando estiverem presentes o presidente ou o seu substituto, a maioria dos seus membros e o Representante do Estado;
- 2 – Na primeira reunião da Direcção será eleito o presidente, o qual indicará um outro membro da Direcção que o substituirá nas suas faltas e impedimentos;
- 3 – As reuniões ordinárias serão em dia certo de cada mês, marcado no começo do ano; as reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com, pelo menos, oito dias de antecedência, indicando-se sempre, nos avisos convocatórios os assuntos a versar;
- 4 – As deliberações serão tomadas por maioria dos votos, tendo o presidente voto de qualidade;
- 5 – Das reuniões da Direcção serão sempre lavradas actas, com a indicação dos nomes dos presentes e das deliberações que, depois de lidas e aprovadas no início da sessão imediata, serão assinadas pelos membros presentes, que intervieram nas reuniões a que disserem respeito;
- 6 – Para obrigar a Associação é necessário, pelo menos, a assinatura de dois dos seus membros, sendo uma delas a do presidente ou do seu substituto, desde que para tal esteja autorizado; poderão igualmente obrigar a Associação as assinaturas de um dos membros da Direcção e do Representante

do Estado, quando este exercer as suas funções de director executivo, nos termos do artigo trigésimo terceiro destes estatutos;

7 – Os membros da Direcção respondem pessoal e solidariamente pelos actos praticados contra as disposições da lei, estatutos e regulamento, salvo se não tiverem tomado parte nas respectivas deliberações ou se tiverem emitido voto contrário;

8 – Nas faltas e impedimentos dos membros efectivos da Direcção, sempre que revistam carácter permanente, serão chamados à efectividade os seus substitutos.

### Artigo Décimo Oitavo

1 – O Representante do Estado pode suspender as deliberações tomadas se as considerar contrárias à lei, ao interesse geral, aos estatutos ou aos interesses que representa;

2 – No caso do Representante do Estado opor o seu direito de veto às deliberações da Direcção estas considerar-se-ão suspensas até resolução ministerial, a qual terá lugar no prazo de trinta dias. Findo este prazo e não havendo resolução ministerial, as deliberações consideram-se não anuladas e poderão ser plenamente executadas.

### Artigo Décimo Nono

Compete ao presidente da Direcção:

1 – Convocar as reuniões da Direcção e presidir às sessões;

2 – Representar a Direcção;

3 – Promover a regular escrituração do livro de registo de associados e a execução das deliberações tomadas pela Direcção e, bem assim, exercer as demais funções conferidas pelos estatutos e regulamentos.

## SECÇÃO III

### Júri Avindor

### Artigo Vigésimo

1 – Junto da Associação funcionará um Júri Avindor composto por três jurados:

a) um eleito pela Assembleia Geral da Associação;

b) um indicado pela associação ou associações de agricultores em efectividade na zona do perímetro;

c) outro indicado pela DRAA, que servirá de presidente;

2 – O secretário da Direcção exercerá as funções de escrivão do Júri Avindor, podendo também o presidente do Júri, na falta ou impedimento do secretário da Direcção ou quando se trate de acto ou facto a que este respeite, nomear um escrivão *ad hoc*.

3 – Nenhum membro do Júri Avindor poderá fazer parte de qualquer outro órgão da Associação.

### Artigo Vigésimo Primeiro

1 – Ao Júri Avindor, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei, pelos estatutos e pelo regulamento da obra, compete:

a) Promover a conciliação das desavindos, por motivo de uso das águas ou de exploração das terras, através do esclarecimento dos respectivos deveres e direitos;

- b) Pronunciar-se sobre as reclamações dos beneficiários, relativas à matéria das atribuições da Associação e julgar transgressões ao regulamento da obra, aplicando as respectivas multas e fixando o valor das indemnizações a que houver lugar, de acordo com estes estatutos;
  - c) Conhecer as queixas ou participações contra a Direcção da Associação e propor ao IHERA as providências que julgar convenientes;
- 2 – As participações ou queixas serão feitas pelos interessados ou pela Direcção e os respectivos processos isentos de selos e também das custas, com excepção das despesas a que os membros hajam dado causa;
- 3 – Da conciliação será lavrado auto, assinado pelos membros do Júri, pelas partes e pelo escrivão, do qual constará o motivo da desavença, o valor da indemnização e as restantes cláusulas do acordo.

### **Artigo Vigésimo Segundo**

O auto de conciliação a que se refere o número três do artigo anterior é considerado título exequível para efeitos do pagamento das indemnizações nele fixadas.

### **Artigo Vigésimo Terceiro**

Das decisões do Júri Avindor poderá haver recurso nos termos gerais de direito, a partir da data de notificação.

### **Artigo Vigésimo Quarto**

- 1 – O Júri Avindor reunirá a pedido de dois dos seus membros ou sempre que o seu presidente julgue necessário, para o que os convocará;
- 2 – O Júri Avindor só funciona legalmente quando estiverem presentes os seus três membros.

### **Artigo Vigésimo Quinto**

Ao escrivão do Júri Avindor compete:

- 1 – Receber as queixas ou participações por infracções aos estatutos e regulamentos, tanto na parte respeitante às obras e seus acessórios como no que respeita ao uso das águas e a quaisquer abusos prejudiciais aos interesses da Associação;
- 2 – Receber objectos e documentos de prova, autuá-los e juntá-los ao processo;
- 3 – Notificar os interessados das decisões do Júri;
- 4 – Cobrar e arrecadar as indemnizações, multas e custas;
- 5 – Registar em livros próprios todo o movimento do cofre a seu cargo.

### **Artigo Vigésimo Sexto**

O presidente pode, antes de convocar o Júri e sempre que julgue conveniente, proceder às averiguações, de modo a que os processos só sejam submetidos à apreciação do Júri depois de convenientemente instruídos.

### **Artigo Vigésimo Sétimo**

- 1 – Logo que esteja concluída a instrução do processo será ele apreciado em sessão do Júri Avindor que o julgará ou que, no caso de dúvida, decidirá sobre as diligências complementares necessárias ao esclarecimento das dúvidas;

2 – As diligências referidas no número anterior terão de efectuar-se dentro dos quinze dias imediatos, na presença de todos os membros do Júri que, para todos os efeitos, se considera em sessão até à conclusão e redacção da respectiva decisão.

### **Artigo Vigésimo Oitavo**

- 1 – As decisões proferidas pelo Júri Avindor deverão ser devidamente fundamentadas;
- 2 – Quando as averiguações e diligências derem lugar a deslocações, será a parte que decair condenada no pagamento das despesas daí resultantes;
- 3 – No caso de conciliação serão as despesas pagas segundo o que constar do próprio acordo de conciliação.

### **Artigo Vigésimo Nono**

- 1 – As multas, indemnizações e quaisquer outras importâncias cujo pagamento seja devido em virtude da decisão proferida pelo Júri Avindor serão obrigatoriamente pagas ao escrivão do Júri no prazo de trinta dias a contar da data em que a decisão tiver sido notificada, a menos que dela haja sido interposto recurso nos termos legais;
- 2 – As importâncias recebidas a título de indemnizações serão, pelo Júri Avindor, entregues contra recibo à pessoa ou entidade prejudicada, devendo o produto das multas ser mensalmente remetido à Direcção da Associação.

### **Artigo Trigésimo**

O desempenho das funções inerentes ao cargo de membro do Júri Avindor é gratuito, tendo no entanto direito a ser reembolsados quer das despesas efectuadas por motivo das investigações e diligências efectuadas, quer das remunerações perdidas durante esse período.

## **CAPÍTULO III**

### **Representante do Estado**

#### **Artigo Trigésimo Primeiro**

O Representante do Estado é um engenheiro agrónomo nomeado pelo titular do MADRP, sob proposta da DRAA, ouvido o presidente do IHERA.

#### **Artigo Trigésimo Segundo**

- 1 – O Representante do Estado tem como principais funções a vigilância dos interesses do Estado e do interesse público, cabendo-lhe o direito e a obrigação de suspender as deliberações contrárias à lei, aos estatutos e aos interesses que representa;
- 2 – Sempre que se verifique a suspensão das deliberações dos órgãos da Associação ela só cessará após decisão ministerial, a proferir no prazo de trinta dias.

#### **Artigo Trigésimo Terceiro**

O Representante do Estado poderá também exercer as funções de director executivo, desde que não haja oposição da Associação de Beneficiários.



### Artigo Trigésimo Quarto

O Representante do Estado actuará em conformidade com as orientações que lhe forem transmitidas pelo IHERA.

### Artigo Trigésimo Quinto

- 1 – As funções de Representante do Estado são exercidas em regime de destacamento, dando direito a uma remuneração acessória a fixar por despacho conjunto do Ministério das Finanças e do MADRP;
- 2 – A remuneração acessória prevista não é acumulável com qualquer outra que possa ser atribuída pela Associação para o exercício das mesmas funções.

## CAPÍTULO IV

### Associados – direitos e obrigações

#### Artigo Trigésimo Sexto

A inscrição das entidades singulares ou colectivas, a que se refere o número dois do artigo primeiro, será feita pela Direcção e, a das entidades singulares ou colectivas a que se refere o número quatro do mesmo artigo, quando não expressamente identificadas no regulamento da obra, será efectuada mediante requerimento dos interessados apresentado à Direcção.

#### Artigo Trigésimo Sétimo

Os associados incapazes e os ausentes serão representados na Associação pelos respectivos tutores, curadores, administradores ou mandatários.

#### Artigo Trigésimo Oitavo

Em livros próprios que se designarão “Registo de Sócios” e “Registo de Utentes”, serão inscritas, em relação a cada beneficiário, as referências necessárias à sua identificação.

#### Artigo Trigésimo Nono

Para cada beneficiário será ainda aberta uma ficha da qual constarão, além dos que figuram no “Registo de Sócios” e “Registo de Utentes”, mais os seguintes elementos:

- a) a qualidade em virtude da qual é inscrito como beneficiário;
- b) relação das parcelas de terreno que explora ou possui, tanto das beneficiadas pela obra de rega, como das que se situam fora da área dominada e que pretende regar; data da exclusão de qualquer parcela do regadio ou da inclusão de novas parcelas no referido regime; ou fins diferentes dos da rega para que pretende utilizar a água; título que disciplina a utilização e outros motivos pelos quais se justifica a sua inclusão como beneficiário por interesses relacionados com a exploração e conservação da obra;
- c) penalidades que lhe foram aplicadas ou indemnizações que lhe foram liquidadas, com indicação das transgressões cometidas;
- d) indemnizações que recebeu e razão dessas indemnizações;
- e) quaisquer outras indicações que a Direcção julgue úteis ou necessárias.

## Artigo Quadragésimo

São direitos dos sócios:

- 1 – Tomar parte nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos previstos no número um, do artigo sexto dos estatutos, discutir os assuntos a ela submetidos e votar de acordo com os preceitos estatutários, desde que não sejam empregados remunerados da Associação de Beneficiários, nem funcionários ou agentes do MADRP;
- 2 – Reclamar dos cadastros dos prédios rústicos, do registo dos sócios, da taxa de beneficiação e da taxa de exploração e conservação, indicando concretamente, os fundamentos que justificam a reclamação;
- 3 – Submeter à apreciação do Júri Avindor as questões ou desavenças suscitadas por motivo de uso de águas ou de exploração agrícola;
- 4 – Auferir das regalias e das tecnologias que a Associação ponha à disposição dos associados;
- 5 – Formular perante o Júri Avindor as reclamações que tiverem contra os órgãos directivos da Associação de Beneficiários;
- 6 – Votar e ser eleitos para os cargos a prover por eleição na Assembleia Geral, Direcção e Júri Avindor.

## Artigo Quadragésimo Primeiro

- 1 – Perdem, por um a cinco anos, os direitos a que se referem os números um a seis, do artigo anterior, os associados que:
  - a) injuriem ou difamem a mesa da Assembleia Geral, a Direcção, o Júri Avindor ou qualquer dos seus membros e o Representante do Estado;
  - b) prejudiquem a boa ordem dos trabalhos da Assembleia Geral, provoquem tumultos, ou por qualquer outra forma tentem perturbar a vida da Associação;
- 2 – A penalidade será aplicada pelo presidente da Assembleia Geral, de sua iniciativa ou sob proposta da Direcção.

## Artigo Quadragésimo Segundo

- 1 – São direitos dos utentes:
  - a) Usar ou utilizar a água nos termos constantes do regulamento da obra ou da autorização ou contrato respectivos;
  - b) Beneficiar das vantagens e regalias concedidas pela Associação;
  - c) Assistir às reuniões da Assembleia Geral nos termos previstos no número três, do artigo sexto destes estatutos.

## Artigo Quadragésimo Terceiro

São deveres dos sócios:

- 1 – Receber e aproveitar nas culturas a água atribuída aos prédios que cultivam, sendo empresas agrícolas, ou actuar de acordo com os fins que justificam a sua qualidade de sócios, sendo utilizadores industriais ou autarquias locais, uns e outros em conformidade com os planos de exploração, dotações e horários de rega e decisões da Direcção;
- 2 – Respeitar as obras do aproveitamento hidroagrícola, velar pela sua conservação e executar os trabalhos de reparação da parte delas directamente ligadas às suas utilizações, quando disso forem incumbidos por lei ou pela Associação quando as circunstâncias o imponham;
- 3 – Cumprir rigorosamente a lei, os estatutos e os regulamentos especiais que forem aprovados pelos serviços oficiais competentes, designadamente contribuindo para as despesas da Associação, através

do pagamento pontual das taxas de exploração e conservação e participando à Direcção todas as infracções de que tiverem conhecimento;

4 – Comparecer às sessões da Assembleia Geral;

5 – Desempenhar os cargos para que foram eleitos, salvo impedimento ou dispensa devidamente justificada.

## **CAPÍTULO V**

### **Das obras e do uso das águas**

#### **SECÇÃO I**

##### **Das obras**

##### **Artigo Quadragésimo Quarto**

Nenhum beneficiário poderá, sem prévia autorização, executar trabalhos que interfiram ou possam interferir com a funcionalidade e infra-estruturas da obra dentro da zona beneficiada.

##### **Artigo Quadragésimo Quinto**

As reparações de prejuízos causados nas obras ou nos terrenos beneficiados, por dolo ou negligência, serão executados pela Associação por conta dos beneficiários causadores, directos ou indirectos, desses prejuízos, independentemente das multas e indemnizações a terceiros que lhes sejam aplicadas, bem como da responsabilidade criminal que houver.

##### **Artigo Quadragésimo Sexto**

1 – Nenhum beneficiário, sem prejuízo do que a lei determinar quanto a certas espécies, poderá efectuar plantações de Árvores a menos de cinco metros dos elementos das redes de rega e enxugo;

2 – A distância referida no número anterior poderá ser aumentada pela Associação, sempre que circunstâncias especiais o exijam, mediante despacho de concordância do presidente do IHERA.

#### **SECÇÃO II**

##### **Do uso das águas**

##### **Artigo Quadragésimo Sétimo**

Somente à Direcção compete dirigir a distribuição da água, qualquer que seja o sistema de rega adoptado, devendo este serviço ser executado por pessoal especializado.

##### **Artigo Quadragésimo Oitavo**

1 – Nenhum beneficiário poderá usar a água para fins diferentes dos estabelecidos no respectivo plano de distribuição, salvo casos excepcionais mediante prévio acordo da Direcção;

2 – Somente no caso de incêndio é permitido a qualquer associado ou estranho à Associação utilizar a água pela forma e na quantidade necessária à extinção do incêndio.

### Artigo Quadragésimo Nono

Nenhum beneficiário poderá, sem expressa autorização da Direcção permutar a sua vez de regar ou ceder a outro, na totalidade ou em parte, a água que lhe compete.

### Artigo Quinquagésimo

Todo o beneficiário é obrigado a dar passagem pelos seus prédios às águas de rega, condutas e valas, em conformidade com o plano de distribuição e quando for julgado necessário pela Associação e, ainda ao pessoal encarregado da exploração e conservação e respectivo material, devendo os prejuízos daí resultantes ser indemnizados pela Associação.

### Artigo Quinquagésimo Primeiro

- 1 – Podem ser permitidos pela Direcção os represamentos da água que compete a cada beneficiários, dentro das suas propriedades, desde que deles não resulte dano para a obra e se pratique em condições de segurança e sem prejuízos de terceiros;
- 2 – Os prejuízos a terceiros ou à própria obra serão motivo de indemnização a suportar pelos responsáveis e poderá considerar-se nula a permissão do represamento no caso de se repetirem os prejuízos.

### Artigo Quinquagésimo Segundo

Quando as circunstâncias o imponham e com o fim de garantir a melhor utilização da água disponível poderá a Direcção alterar os horários de rega.

## SECÇÃO III

### Das transgressões, indemnizações e penalidades

### Artigo Quinquagésimo Terceiro

Comete transgressão punível pela forma adiante indicada o beneficiário que:

- 1 – Não querendo regar as suas terras no horário que lhe estiver destinado não informe atempadamente os funcionários da Associação ou a Direcção;
- 2 – Devidamente avisado pelo pessoal da distribuição de água, do dia e hora a que tem de regar, não se apresente a receber a água que lhe compete;
- 3 – Por qualquer processo procure desviar para as suas águas a água que lhe não caiba;
- 4 – Procure servir-se da água fora do local em que a deve tomar ou fora do turno e hora que lhe forem marcadas;
- 5 – Por qualquer meio receba água por mais tempo do que lhe for estabelecido;
- 6 – Em qualquer ocasião tome água dos canais, distribuidores, condutas ou hidrantes por meios diferentes dos estabelecidos no regulamento da obra, nos horários de rega ou pela Direcção;
- 7 – Sem autorização da Direcção permute com outro a sua vez de rega ou ceda total ou parcialmente a água que lhe compete;
- 8 – Utilize a água que lhe é distribuída para outro fim diferente do estabelecido no plano de aproveitamento da obra;
- 9 – Obstrua por qualquer modo a corrente dos canais, distribuidores, condutas ou hidrantes, ou estabeleça neles qualquer dispositivo que tal favoreça, ainda que daí não resulte prejuízo para terceiros;

- 10 – Deixe pastar animais nas banquetas ou cômodos do canal e das valas nomeadamente, ou deixe abeberar ou banhar os seus animais dentro do canal ou valas;
- 11 – Destrua ou danifique as obras, nomeadamente as margens, taludes ou leitos dos canais ou valas e ainda as condutas, caixas de rega ou hidrantes ou quaisquer outras obras de arte existentes no aproveitamento hidroagrícola;
- 12 – Proceda à alteração da pressão e/ou caudal dos hidrantes que lhe foram atribuídos;
- 13 – Efectue qualquer obra nova ou plantação de arvoredo sem atender ao que neste estatuto está preceituado;
- 14 – Não obedeça, sem motivo justificado, às intimações do Júri Avindor;
- 15 – Infrinja as proibições constantes do artigo quarenta e nove destes estatutos.

#### Artigo Quinquagésimo Quarto

- 1 – Nos processos por transgressão decorrentes do disposto no artigo anterior, o Júri Avindor fixará o valor das indemnizações a pagar pelos transgressores, quando houver prejuízos;
- 2 – À transgressão poderá ser aplicada uma multa de montante compreendido entre metade do valor da taxa de exploração e conservação média do ano antecedente e cinco vezes esse valor, excepto para os casos previstos nos números onze e treze, do artigo anterior, em que o montante da multa oscilará entre o valor da taxa de exploração e conservação média do ano anterior e dez vezes esse valor; em caso de reincidência as multas serão elevadas ao dobro;
- 3 – Quando haja prejuízos, a multa poderá ascender ao montante destes.

#### Artigo Quinquagésimo Quinto

As multas aplicadas em virtude de transgressões que digam respeito ao uso das águas serão também elevadas ao dobro, quando as mesmas sejam cometidas em época em que haja escassez de água.

#### Artigo Quinquagésimo Sexto

As disposições constantes desta secção são extensivas aos utentes a título precário.

### CAPÍTULO VI

#### Das receitas e despesas

#### Artigo Quinquagésimo Sétimo

Constituem receitas da Associação:

- 1 – O produto da taxa de exploração e conservação, depois de deduzidas:
  - a) a quota que for fixada para o IHERA, de acordo com a alínea d), do artigo trigésimo sexto, do Decreto-Lei n.º 136/97, de trinta e um de Maio;
  - b) a quota devida em relação à parte da obra, que nos termos do regulamento da obra, não seja explorada e conservada pela Associação;
- 2 – O produto das quotas dos sócios a fixar pela Direcção;
- 3 – A importância das multas e indemnizações arbitradas em benefício da Associação, nos termos legais;
- 4 – O produto do fornecimento de água sobrança;
- 5 – Quaisquer donativos ou legados;
- 6 – As importâncias cobradas por serviços prestados pela Associação;
- 7 – Quaisquer outros rendimentos ou subsídios que lhe sejam atribuídos;

8 – O produto de quaisquer empréstimos contraídos pela Associação, ao abrigo das disposições legais em vigor.

### Artigo Quinquagésimo Oitavo

- 1 – As importâncias das taxas de exploração e conservação e das quotas dos associados serão cobradas anualmente, por uma só vez ou em prestações, conforme deliberação da Assembleia Geral;
- 2 – O lançamento da taxa de exploração e conservação efectuar-se-á conforme as disposições em vigor, até trinta de Novembro de cada ano;
- 3 – No título de cobrança mencionar-se-ão em separado as importâncias da taxa de exploração e conservação e da quota do associado;
- 4 – Os proprietários, usufrutuários e seus rendeiros ou comodatários respondem solidariamente pelo pagamento das taxas.

### Artigo Quinquagésimo Nono

- 1 – Para efeitos de reclamação, a liquidação das taxas deverá ser precedida da afixação dos respectivos mapas, sem prejuízo da comunicação do seu montante a todos os beneficiários, até à data que for determinada no regulamento da obra;
- 2 – As reclamações serão dirigidas à Direcção da Associação, no prazo de quinze dias a contar da afixação dos mapas, devendo ser todas resolvidas nos noventa dias seguintes;
- 3 – Das deliberações que desatendam as reclamações, haverá recurso, nos termos gerais de direito;
- 4 – As reclamações e recursos sobre a liquidação das taxas não terão efeito suspensivo; sendo obtido provimento, far-se-á, no primeiro pagamento posterior à decisão final que vier a ser tomada, a dedução correspondente ao que tiver sido cobrado em excesso;
- 5 – No caso de não provimento, haverá lugar ao pagamento da importância das despesas a que a reclamação e o recurso tiverem dado causa.
- 6 – Na falta de pagamento voluntário da taxa de exploração e conservação no prazo de trinta dias, contado do termo do prazo para reclamações, serão cobradas coercivamente pelos tribunais de execuções fiscais, revertendo ainda a favor da Associação de Beneficiários cinquenta por cento dos juros de mora devidos;
- 7 – O encargo do pagamento da taxa de exploração e conservação constitui ónus sujeito a registo, nos termos e para os efeitos previstos no Código do Registo Predial.

### Artigo Sexagésimo

- 1 – A cobrança coerciva das taxas e bem assim das multas, indemnizações e outras dívidas à Associação, nos termos destes estatutos, efectuar-se-á pelo processo de execuções fiscais, nos Tribunais de Primeira Instância das Contribuições e Impostos de Lisboa e Porto ou nas Repartições de Finanças nos demais concelhos do país, e far-se-á nos trinta dias seguintes à falta de pagamento voluntário;
- 2 – Quando se trate de áreas nacionalizadas, o organismo estatal com competência para o efeito providenciará no sentido de reembolsar a Associação de Beneficiários da importância correspondente às taxas em dívida.

### Artigo Sexagésimo Primeiro

A execução terá por base certidão, extraída pela Direcção, do título de cobrança ou documento donde conste a dívida ou ainda da decisão que tiver condenado o beneficiário ao pagamento da multa e indemnização. A certidão será, para o efeito, enviada ao tribunal ou repartição de finanças competente.



### **Artigo Sexagésimo Segundo**

As receitas serão depositadas em qualquer instituição de crédito em conta aberta pela Associação de Beneficiários.

### **Artigo Sexagésimo Terceiro**

No orçamento das receitas e despesas não podem ser previstas as despesas correntes sem que se assegure a sua cobertura pelo produto da taxa de exploração e conservação, salvo na medida em que, à data da aprovação do orçamento, se encontrem definidos subsídios disponíveis no período em que se destina a vigorar e expressamente destinados a cobrir despesas daquela natureza.

### **Artigo Sexagésimo Quarto**

A Associação de beneficiários terá contabilidade que se regerá pelo Plano Oficial de Contas, devendo constar do respectivo regulamento as normas de contabilidade aplicáveis.

### **Artigo Sexagésimo Quinto**

A gestão da Associação de Beneficiários far-se-á, através de planos plurianuais de trabalho e do orçamento anual, que serão submetidos à aprovação do IHERA até quinze de Novembro de cada ano.

### **Artigo Sexagésimo Sexto**

As importâncias que, de acordo com o estabelecido no regulamento da obra, constituem os fundos de reserva, destinam-se ao pagamento das despesas provenientes de:

- a) Renovação do equipamento;
- b) Decisões do júri pronunciadas contra a Associação;
- c) Prejuízos de quaisquer operações pela mesma realizadas;
- d) Custeio de pleitos judiciais em que intervenha a Associação;
- e) Execução das obras complementares a que se refere o número quatro do artigo quarto destes estatutos.

## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições gerais e transitórias**

### **Artigo Sexagésimo Sétimo**

O Estatuto Laboral dos trabalhadores da Associação de Beneficiários será estabelecido nos termos do Decreto Regulamentar n.º 6/96, de doze de Agosto.

### **Artigo Sexagésimo Oitavo**

O pessoal da Associação de Beneficiários encarregado da vigilância da obra e da distribuição das águas terá a competência conferida aos guardas no Regulamento dos Serviços Hidráulicos, prestando juramento perante o Juiz da comarca a que pertence o local sede da Associação.

### **Artigo Sexagésimo Nono**

Os livros de actas das sessões da Assembleia Geral, Direcção e Júri Avindor, terão as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelos respectivos presidentes, bem como os termos de abertura e encerramento por eles assinados.

A acta constitui a única prova das deliberações tomadas.

### **Artigo Septuagésimo**

A Associação goza de todas as regalias conferidas pela legislação em vigor às cooperativas agrícolas em especial e às cooperativas em geral.

### **Artigo Septuagésimo Primeiro**

O ano social da Associação corresponde ao ano civil, excepto durante o primeiro exercício que compreenderá o tempo decorrido entre a data da constituição da Associação e trinta e um de Dezembro do ano seguinte.

### **Artigo Septuagésimo Segundo**

Os órgãos da Associação podem ser substituídos por uma comissão administrativa, por determinação do titular do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, quando se verifiquem deficiências graves na sua actuação.

### **Artigo Septuagésimo Terceiro**

Para efeitos destes estatutos serão aplicáveis as definições do prédio rústico e empresa agrícola contidas na legislação em vigor.

### **Artigo Septuagésimo Quarto**

Em tudo o que for omissos nestes estatutos regularão as disposições do Decreto-Lei n.º 42 665 de vinte de Novembro de mil novecentos e cinquenta e nove, Decreto-Lei n.º 47 153 de dezoito de Agosto de mil novecentos e sessenta e seis, Decreto-Lei n.º 269/82 de dez de Julho, Decreto Regulamentar 84/82 de quatro de Novembro, Decreto-Lei n.º 136/97, de trinta e um de Maio e a legislação vigente sobre cooperativas agrícolas.

## ANEXO II

### CULTURAS REGADAS NO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS MINUTOS

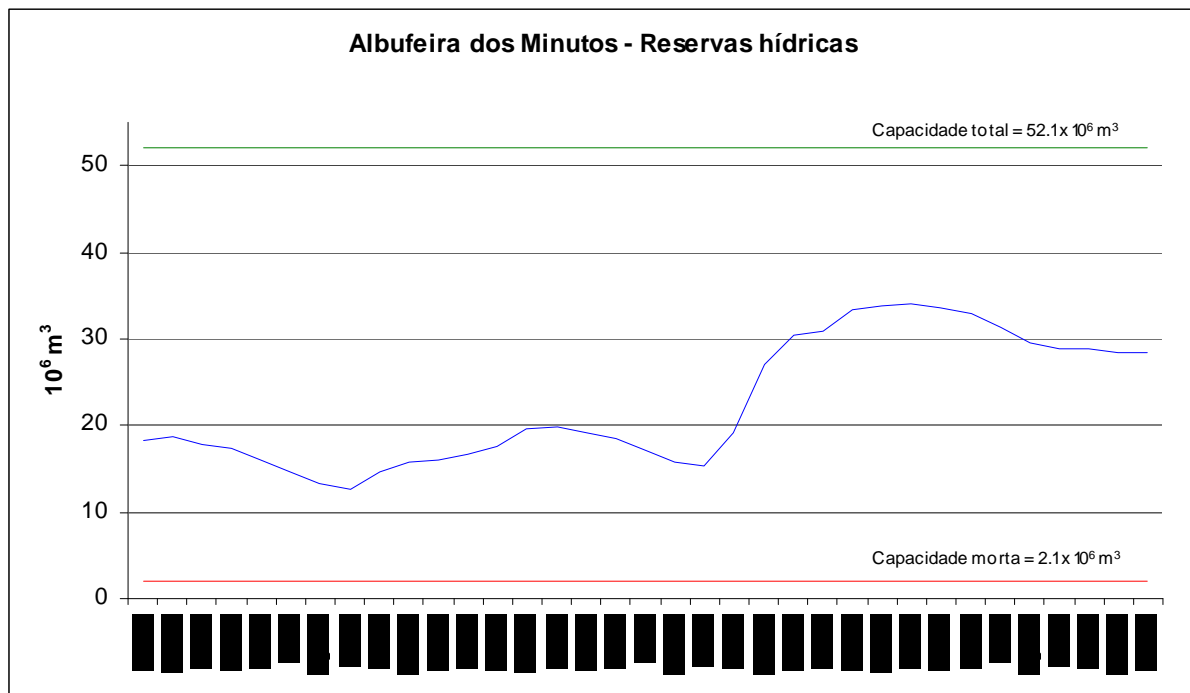
Culturas regadas	Ano 2004		Ano 2005		Ano 2006		Ano 2007	
	Áreas (ha)	% da área beneficiada	Áreas (ha)	% da área beneficiada	Áreas (ha)	% da área beneficiada	Áreas (ha)	% da área beneficiada
Beterraba	43,0	2,8	70,0	4,6	31	2,0	25	1,6
Feijão	-	-	-	-	-	-	2	0,1
Forragens	13,0	0,8	133,0	8,7	29	1,9	99	6,5
Milho	202,0	13,2	292,0	19,1	351	22,9	251	16,4
Olival	40,0	2,6	80,0	5,2	90	5,9	84	5,5
Pimento	4,0	0,3	5,0	0,3	5	0,3	5	0,3
Prados permanentes	5,0	0,3	25,0	1,6	-	-	-	-
Trigo	61,0	4,0	40,0	2,6	-	-	10	0,7
Cevada	-	-	-	-	-	-	34	2,2
Sorgo	-	-	-	-	124	8,1	-	-
Vinha	49,0	3,2	115,0	7,5	77	5,0	104	6,8
Diversas	20,0	1,3	20,0	1,3	15	1,0	2	0,1
Total	437,0	28,5	780,0	50,9	722	47,1	616	40,2

## ANEXO III

## EVOLUÇÃO DAS RESERVAS HÍDRICAS NA ALBUFEIRA DE MINUTOS

 Volume =  $10^6 \text{ m}^3$ 

Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Anos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2004	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2005	-	18,36	18,63	17,90	17,26	16,10	14,75	13,30	12,73	14,63	15,77	16,10
2006	16,60	17,50	19,53	19,87	19,11	18,38	17,10	15,85	15,28	19,25	27,01	30,51
2007	30,99	33,46	33,73	33,97	33,66	32,84	31,40	29,63	28,87	28,76	28,51	28,44



# ANEXO IV

## PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DE MINUTOS

